

Desrespeito ao plano original de Brasília chega ao Congresso Nacional

Luis Cláudio Cicci
lclaudio@gazetamercantil.com.br

As agressões às regras do tombamento de Brasília e a falta de sintonia entre os agentes públicos para a defesa da única cidade de fundação contemporânea que é patrimônio cultural da humanidade fizeram parlamentares do Congresso Nacional agir. A primeira iniciativa da recém-formada Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural Brasileiro foi uma audiência pública para discutir a preservação do projeto original do urbanista Lúcio Costa.

Uma reunião, com a participação de representantes da Frente, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), dos arquitetos, do Ministério Público e da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) terminou, na manhã de ontem, com um consenso: a participação da população é essencial para a conservação do Plano Piloto. O Governo do Distrito Federal esteve ausente do evento.

Frente Parlamentar

Desde junho, senadores e deputados estão juntos na Frente Parlamentar, criada para a proteção da ameaçada identidade cultural brasileira. O grupo conta hoje 71 parlamentares inscritos. "Em 15 de fevereiro, logo depois da volta aos trabalhos e da eleição para presidente da Câmara dos Deputados, vou pedir uma audiência em plenário para tratar da preservação de Brasília como patrimônio cultural da humanidade", anuncia o presidente da frente, deputado Eduardo Campos (PSB-PE).

O GDF, que prepara relatório para receber comissão da Unesco que em maio vai estar na cidade para testemunhar o desrespeito às regras do tombamento, deve ser convocado para mostrar o documento aos deputados e senadores. "É o mais jovem patrimônio cultural da humanidade e não pode estar exposto a uma situação dessas por falta de sintonia entre os agentes públicos", justifica Eduardo Campos. "Há demasia-



Rodrigo Rollemberg

das agressões ao projeto original."

A conscientização do brasiliense sobre a importância da vida numa cidade com características peculiares e valorizadas mundialmente é estratégia presente em qualquer plano para defesa de Brasília. Participantes da audiência pública concordaram também quanto à necessidade do plano diretor local e à importância da criação de um conselho de preservação que permita a participação de representantes de entidades, além dos indicados pelo governador. "Seria um espaço de discussão para aprovação de posições consensuais", diz a coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil, Brianne Bicca.

A especulação imobiliária ganhou a culpa pelos desrespeitos ao projeto original de Brasília. "Quem tem definido o crescimento da cidade são os grileiros", acusa o deputado distrital Rodrigo Rollemberg. "Não fosse pelo tombamento, o projeto original da Capital Federal já estaria completamente desfigurado", comenta o único parlamentar local convidado para participar da audiência pública. Ele cita como distorções as coberturas privativas dos prédios de seis andares e a SQN 309, quadra que conta com mais de 11 projeções residenciais.

"Existe uma campanha da mídia e de setores do empresariado para creditar ao tombamento a responsabilidade pelas consequências negativas do tombamento", reclama o procurador regional da República, Antônio Carlos Bigonha, outro que defende a participação da sociedade na defesa de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.